

Memória de Reunião

Comitê Executivo

PDUI – RMSP

Data: 26 de Abril de 2018

Local: Auditório da CDHU – 20 subsolo – Rua Boa Vista 170

Participantes: consultar lista de presença

Pauta:

1. Aprovação do Relatório Preliminar de Contribuições, já aprovado pela Comissão Técnica;
2. Aprovação dos ajustes ao Guia Metodológico;
3. Aprovação do Cronograma.

Principais pontos discutidos

1. Relatório Preliminar de Propostas

Cláudia Helena Leite, da EMPLASA, Coordenadora do PDUI da RMSP, abre a reunião com o primeiro item da pauta, que trata da aprovação do Relatório Preliminar de Contribuições. Na sequência, Luiz José Pedretti, diretor-presidente da Emplasa, com a palavra, esclarece que o Relatório Preliminar de Contribuições foi aprovado pela Comissão Técnica, durante reunião realizada em 13/3/2018, e, uma vez deliberada a aprovação pelo Comitê Executivo, deverá ser publicada na plataforma do PDUI da RMSP. Carolina Heldt, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -IAB, sugere que as propostas que ainda estão em análise não sejam tratadas como Propostas Estruturadas, pois ainda não estão qualificadas. Cláudia Leite concorda com Carolina e o item da pauta é aprovado.

2. Ajustes do Guia Metodológico.

Carlos Abraão, representante do CIOESTE, pergunta se as alterações do Guia Metodológico vão impactar no Projeto de Lei do PDUI ou se são adequações meramente formais, que não implicarão impactos de conteúdo. Pedretti esclarece que são apenas ajustes necessários em razão da evolução dos trabalhos. Acrescenta que o Guia apresentava uma linguagem acadêmica, necessitando de ajustes para evitar dificuldades na aprovação do Plano. Cláudia Leite esclarece que são dois grupos de ajustes. O primeiro destina-se a deixá-lo mais próximo dos desenvolvimentos dos trabalhos, com foco em ajustes relacionados ao Estatuto da Metrópole. O segundo grupo de ajustes diz respeito à integração da sociedade civil no processo de elaboração do PDUI, especificamente quanto ao momento em que se deu tal participação. Inicialmente, o Guia previa essa participação apenas nas Audiências Públicas, entretanto, a fim de manter coerência com as regras do Estatuto da Metrópole, decidiu-se que a integração da sociedade civil no processo ocorresse antes das audiências públicas, nas duas instâncias

criadas pelo Conselho de Desenvolvimento, Comissão Técnica e Comitê Executivo, este com caráter deliberativo. Cláudia acrescentou ainda que existem os ajustes relativos às alterações no cronograma dos trabalhos. Pedretti solicitou à Cláudia que mostrasse tais ajustes aos presentes. Cláudia lembrou que o documento foi encaminhado para todos, com as especificações das modificações pretendidas. Assim, partindo do pressuposto de que os representantes do Comitê Executivo haviam lido os documentos encaminhados, Cláudia perguntou aos presentes se havia comentários sobre o assunto.

Carolina Heldt falou sobre um seminário ocorrido em Brasília, nos dias 23 e 24 de abril p.p., do qual participou e em que foi discutido o desenvolvimento dos PDUIs nas regiões metropolitanas brasileiras. Mencionou que houve manifestação no sentido de se construir um Guia Metodológico para orientar os PDUIs, em outras regiões, baseado no Guia de São Paulo. Sugeriu que o Guia Metodológico não fosse modificado. Lembrou que o guia expressa uma pactuação política e que sua alteração sinalizaria uma fragilidade muito grande e, então, deveria ser mudado apenas o cronograma.

Pedretti manifestou seu desagrado de não ter sido convidado a participar do referido seminário em Brasília, na qualidade de diretor-presidente da Emplasa, já que esta é a empresa de planejamento responsável pela coordenação dos trabalhos dos PDUIs em São Paulo. Saliou que o PDUI da RMSP foi abordado, no evento, pela Sra. Carolina Heldt. Acrescentou que havia sido convidado na qualidade de presidente do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas - FNEM, embora não tenha podido comparecer por questão de saúde. Saliou, de todo modo, que obteve informações de que a Emplasa teria sido muito criticada, o que não é conveniente, nem correto, do ponto de vista ético, pois esse trabalho, ao contrário do que se pretendeu difundir no seminário, é elaborado de forma compartilhada com representantes dos municípios integrantes da RMSP, representantes do Estado e da sociedade civil e tem sido muito elogiado por pessoas de outros Estados. Acrescentou que o bom relacionamento de todos os participantes no desenvolvimento dos trabalhos relativos ao PDUI/RMSP reflete a integridade dos parceiros e resultará no produto final pretendido por todos.

Carlos Abrão, representante do CIOESTE, entende que a mudança do Guia Metodológico, como forma de adaptação, não implica mostrar fragilidade. Ao contrário, mostra a segurança com que vêm sendo conduzidos os trabalhos e a maturidade para fazer pacto. Bonfiglio Ferreira, representante do CIMBAJU, concorda com Carlos Abrão e afirma que, uma vez tratar-se de trabalho conjunto, quando um participante das instâncias do PDUI/RMSP encontra-se para além do colegiado, deve defender os trabalhos de que faz parte e nunca o contrário. Manifestou preocupação com a redação do Projeto de Lei DO PDUI/RMSP, que poderia sofrer alterações por parte da equipe jurídica do Palácio do GESP. Pedretti esclareceu que o Conselho de Desenvolvimento da RMSP acompanhará o trâmite interno do projeto, para que sejam preservados seu conteúdo e forma. Saliou que as eventuais alterações poderiam acontecer na Assembleia Legislativa, em função de eventuais emendas. Pedretti noticiou ter participado da Audiência Pública Interativa junto à Comissão Mista do Senado Federal, em 11 de abril, para debater a Medida Provisória Nº 818, de 2018, que trata de alteração dos prazos do PDUI, entre outras providências. Saliou que também estavam presentes representantes de outros Estados. O representante de Goiás, presente ao evento, elogiou a forma como vem sendo conduzidos os trabalhos do PDUI da RMSP e mencionou ter se inspirado no site respectivo, para criar o da RMGoiania. Pedretti reforçou a importância de haver voz unânime, pois existe uma equipe de alto nível que se empenha nos trabalhos.

Pelo Sr José Eduardo Victorino, foi questionado se o cronograma havia sido aprovado pela Comissão Técnica. Esclareceu-se que, por ocasião da reunião da Comissão Técnica, não tinham sido fechados os novos prazos, embora os participantes tenham demonstrado essa necessidade urgente. Deste modo, ficou claro que a aprovação pelo Comitê Executivo, instância deliberativa para tanto, não acarretaria prejuízo, nem implicaria sobreposição de decisões e, assim, a data para o término dos trabalhos está fechada para Julho deste ano. Além disso, a aprovação das adequações feitas no Guia Metodológico decorre também desse novo cronograma.

Demóstenes Cordeiro, representante da Associação dos Empresários de Cumbica – ASEC (sociedade civil) – entende que se o Guia foi elogiado, não haveria razão para mudar. Solicitou que se apresentassem dois exemplos das alterações propostas. Pedretti pediu à Claudia Leite que expusesse as alterações. Myrna destacou haver apenas duas questões de conteúdo importantes.

Claudia Leite mostrou as mudanças no texto original, que foi enviado a todos, quando da convocação para a presente reunião. A primeira mudança trata da forma de participação da sociedade civil, antecipada, como dito anteriormente. Myrna de Abreu Machado, da Emplasa, esclareceu que a incorporação da sociedade civil, segundo o Guia original, estava prevista para o final do processo e, depois, decidiu-se pela incorporação desde agosto de 2017, na Comissão Técnica e no Comitê Executivo, o que foi feito por meio de assembleias públicas sub-regionais e em São Paulo, durante as quais foram escolhidos os representantes para ambas as instâncias. Outra questão de mudança no referido guia diz respeito à obediência ao conteúdo mínimo previsto no Estatuto da Metrópole.

Carolina Heldt ponderou que não havia divergência, segundo seu ponto de vista, uma vez que a etapa consultiva previa a participação da sociedade civil.

O texto original foi mostrado por Pedretti, que fez a leitura do item pertinente, concluindo que, de fato, a sociedade civil integraria as duas instâncias apenas depois das audiências públicas obrigatórias. Carolina Heldt alegou que o texto foi “cortado” porque lembra que se falava de uma instância deliberativa. Pedretti esclareceu que não houve corte, mas, provavelmente, equívoco na redação original, o que está sendo corrigido agora. Apontou ainda que, nas demais regiões metropolitanas, a sociedade civil é incorporada desde o início. As adequações feitas no Guia Metodológico da RMSP, assim como o cronograma que o acompanha foi aprovado, após votação dos representantes do Comitê Executivo presentes em reunião, cujo resultado foi 11 a favor da mudança e 3 contra a mudança.

O Comitê Executivo deliberou aprovadas as alterações do Guia Metodológico.

4. Cronograma

Com relação ao cronograma, Pedretti disse que foi feito um rearranjo nos cronogramas dos PDUIs, pois as equipes da EMPLASA estão envolvidas em vários outros PDUIs de outras regiões metropolitanas e o PDUI de São Paulo foi priorizado.

Carlos Abraão propôs uma junção no cronograma, quanto ao Caderno de Sustentação e ao Projeto de Lei, cujas aprovações estão separadas no cronograma proposto. Sugeriu que se faça uma reunião única para aprovar simultaneamente os Cadernos e a Minuta do Projeto de Lei.

O Sr José Eduardo Victorino, representante da Sociedade Civil e membro da Câmara Temática de Riscos, relatou que aprovação do cronograma não passou pela Comissão Técnica, porém, ainda que isso não acarrete prejuízo, como disse o Dr Pedretti, entende

que a Comissão Técnica deveria se pronunciar. Pedretti esclareceu que não houve omissão e, embora a Comissão Técnica não tenha votado pela sua aprovação, tem conhecimento do novo cronograma. Myrna esclareceu que as etapas do cronograma são as mesmas e que a diferença maior está na proposta lógica de Carlos Abraão. Apontou que o prazo final (encaminhamento da Minuta do Projeto de Lei ao Governo do Estado de São Paulo pelo Conselho de Desenvolvimento da RMSP) foi levado para Julho e, antes, era Maio de 2018. Carlos Abraão propôs que a reunião para aprovação dos Cadernos e do Projeto de Lei seja conjunta e, portanto, não haveria risco de a Comissão Técnica desconhecer os fatos.

Brígida Sacramento, assessora da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, disse que a proposta de Carlos Abraão economiza espaço de tempo e que não haveria prejuízo grande, já que o prazo final para elaboração da Minuta do Projeto de Lei e do Caderno de Sustentação é Junho. A proposta de Carlos Abraão foi votada e aprovada, devendo ser incorporada ao cronograma, que será modificado para constar da plataforma digital. O resultado da votação foi 15 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção.

Claudia sugere que, nesta etapa final, o Comitê Executivo acompanhe os trabalhos por meio de um GT a ser formado. Alguns GTs estão trabalhando, mas, nesta fase final, há um esforço muito grande, então é muito interessante maior participação.

Claudia esclarece que há 4 estratégias para o ordenamento territorial. Um trabalho bem interessante, bem rico. São 4 as estratégias de atuação: Áreas Verdes e Protegidas, Enfrentamento da Precariedade Urbana e Social, Gestão de Riscos e Rede de Centralidades. Precisamos priorizar, dar corpo às propostas. Concorda com Carolina que isto é necessário.

Neste momento, Pedretti se retirou em virtude de compromissos assumidos anteriormente.

José Eduardo, da Câmara Temática de Risco, reforça o convite feito pela Claudia e diz que é muito bom participar dos grupos. As discussões são muito interessantes e quem quiser participar, será muito bom. Ana Lucia, da Emplasa, sugeriu que se mandassem e-mails a todos, esclarecendo a proposta, para que ocorra adesão dos interessados.

Bonfiglio diz que precisa haver uma democratização dos trabalhos dos GTs. Há GTs que produziram muito. Claudia comenta que os relatórios estão na plataforma e farão um chamamento sobre isso, conforme sugeriu Bonfiglio.

As pessoas se mobilizaram para a inscrição e a reunião foi encerrada.

São Paulo, 26 de Abril de 2018